

A DISCUSSÃO ENTRE OS GRANDES PROPRIETÁRIOS RURAIS E OS ÓRGÃOS PÚBLICOS: QUEM FICA COM OS RECURSOS NATURAIS?

Lorena Galvão Morais – Universidade de Rio Verde-GO
lorengeo@hotmail.com

Adriana Olívia Alves – Universidade de Rio Verde-GO
adrianaalves@fesurv.br

O texto em questão tem por objetivo a reflexão da utilização racional dos recursos naturais, com ênfase nos recursos hídricos, bem como a preservação de suas nascentes, garantindo a sustentabilidade ambiental de sua utilização. Deste modo, utiliza-se dados coletados por meio junto à órgãos públicos e privados e pesquisa *in loco* junto aos atores envolvidos com o tema, dessa forma, contribuindo para o despertar ecológico perante a utilização consciente desses recursos.

Observa-se atualmente por parte da sociedade uma maior preocupação com a questão ambiental. Contudo, o que realmente se nota nessa preocupação é que ela não parte de uma conduta de sensibilização. Tais problemáticas ambientais só são sentidas por meio de conseqüências como os apagões e racionamento de água, que rotineiramente relacionam-se aos fenômenos meteorológicos da natureza. Relacionadas às pressões existentes do conflito entre quantidade & qualidade da água, a falta de saneamento ambiental tem como conseqüência o aparecimento das doenças em série, provocadas pela contaminação dos recursos naturais, como a água, o ar e o solo.

A partir de tais constatações, procura-se analisar o contexto ocupacional e econômico do município de Rio Verde inserido na microbacia hidrográfica do ribeirão Laje, afluente do rio Verdão, cujo curso d'água é contribuinte direto do manancial.

Localizada na Região do Sudoeste Goiano, atualmente sustentada por uma agricultura em grande escala, onde grandes propriedades rurais produzem grãos para atender, principalmente, ao mercado externo, essa região tem função fundamental para propagação do modelo agrário-exportador, verificando-se no local, discursos ideológicos como a região do Agronegócio.

Para atender ao mercado externo, que exige por parte do grande capital maior produtividade, a custos muito baixos, os produtores, não apresentam preocupação ambiental com os recursos naturais. Alguns exemplos podem ser visualizados com a retirada da mata ciliar, deixando as margens dos rios e córregos da região desprotegidos, tendo como maior repercussão o assoreamento e redução dos cursos d'água.

Para amenizar esses impactos provocados por esse modelo de agricultura, grande parte dos produtores de Rio Verde adotaram o Sistema de Plantio Direto, que visa o controle da erosão e conseqüentemente o assoreamento dos mananciais. Porém acarreta com esse sistema o

aparecimento de outro impacto. Julga os proprietários que o Plantio Direto acarreta um maior aparecimento de pragas em suas lavouras, onde se faz necessário à aplicação de agrotóxicos também em grande escala, contaminando assim os cursos d'água, principalmente na estação das chuvas.

No que concerne o meio urbano, no município de Rio Verde, a captação de água para abastecimento público é realizado pela empresa de Saneamento de Goiás (SANEAGO), nas bacias hidrográficas do ribeirão Abóbora e córregos Laje, e também em alguns poços artesianos. O manancial córrego Laje atende a uma demanda de 30% da água distribuída na cidade, devendo ser ampliando tendo em vista a degradação ambiental da bacia hidrográfica do ribeirão Abóbora.

Considerada populacionalmente como uma cidade média, Rio Verde necessita urgentemente de uma revisão em sua rede de captação e distribuição de água, coleta e tratamento de esgoto.

A população que dispõe de água e esgoto encanado, também vivencia, mesmo em períodos chuvosos, a falta d'água, devido o entupimento das canalizações por assoreamento, comprometendo o processo de captação. No início do ano de 2005, iniciou-se um processo de contenção do assoreamento do córrego, por meio da construção de terraços próximo ao local de captação da água.

Percebe-se que a posição poder público e poder privado no que concerne a questão da conservação e preservação ambiental se apresentam de forma contraditória. As ações promovidas pelo produtor rural estão associadas a sustentabilidade econômica e não ambiental. Enquanto que por parte do poder público verifica-se uma inércia aparente representado por motivações de caráter de poder político-econômico. Por parte da SANEAGO, as ações são desencadeadas de forma minimizadoras, onde visualiza-se a exploração e não o seu devido tratamento, principalmente os resíduos líquidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CASSETI, Valter. A essência da questão ambiental. **Boletim Goiano de Geografia**. 1991.
GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto. 2002.
PEREIRA, Sebastião L; XAVIER, Clésio L. (Orgs.) **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia: EDUFU, 2003.